



## GT 040. Fronteiras, saúde, gênero e sexualidade: conexões, deslocamentos e alteridades corporais, espaciais, temporais

Guilherme Rodrigues Passamani (UFMS) - Coordenador/a, José Miguel Nieto Olivar (Faculdade de Saúde Pública USP) - Coordenador/a

O GT visa aglutinar pesquisas que reflitam sobre fronteira, saúde, gênero e sexualidade a partir de contextos espaciais, temporais ou corporais imaginados como marginais, fronteiriços ou minoritários, ou que remetam a problematizações, conexões laterais ou transformações acerca de centros ou arranjos majoritários. Nesse marco relacional, interessa pensar as experiências de sujeitos e grupos sociais a partir da intersecção com outras categorias de diferenciação: etnia, região/procedência, geração, classe, escolarização, orientação sexual, religião, raça/cor. Estamos atentos, também, a questões como trânsitos, deslocamentos, circulação, fluxos migratórios e processos de (des/re)territorialização e fronteirização, relacionados com agenciamentos de saúde, de gênero e sexualidade. Além de pesquisas sobre "mobilidades", são bem-vindas pesquisas que abarquem a construção social do desejo, do cuidado, do adoecimento e do gênero em outros geográficos, entre-cidades, zonas e contextos rurais, priorizando aqueles lugares que estão atravessados pela sua nomeação como fronteiras, margens ou periferias. O GT tem o intuito de melhor compreender as multiplicidades de formas e sentidos da saúde (processos de adoecimento, cuidado e morte), do gênero e da sexualidade, em articulação com processos territoriais "menores".

### **NAS FRONTEIRAS DA EPIDEMIA? articulações e desarticulações para pensar práticas de conhecimento e circulações transfronteiriças na Amazônia**

**Autoria:** Thiago de Lima Oliveira

Os últimos anos têm sido marcados por intensas transformações nas tecnologias biomédicas para tratamento do HIV, cotejando inclusive uma certa atmosfera da qual participam expectativas públicas nomeadas como cura, última década, ou mesmo fim da AIDS. Esse cenário é configurado pelo fluxo de circulação global de informações e tecnologia, uma rede de que participam agentes com status e interesses desproporcionais e divergentes; é também contrastado, nos limites de uma política nacional de saúde no Brasil, pelo processo de desmonte e fragilização do serviço de atendimento público, especialmente os de nível básico com repercussão em pautas extensivas na saúde pública, pelo crescente avanço de pautas comprometidas com conservadorismos e dispositivos de controle sobre corpos e experiências de gênero e sexualidade ordenados sobre outras gramáticas, bem como a desarticulação de frentes combativas de atuação e debate que constituíam uma contraparte importante da reflexão aprofundada sobre políticas regionais de saúde. Na arena todas essas questões parece um pouco simplório sinalizar para os regimes de distinção e as economias de continuidade e descontinuidade que configuram as experiências de viver com HIV em contextos descentrados. Parece, mas talvez não seja. Considerando o modo como tais discussões circulam a partir de e entre grandes centros urbanos de uma economia farmacopolítica, pode ser interessante retomar os debates sobre a interiorização dos processos de sofrimento social, em especial do HIV em vista de sua posição para construção dos debates sobre os limites, fronteiras e zonas de expansão das políticas sexuais. A presente comunicação tem como propósito estabelecer um investimento descritivo e analítico sobre as práticas de conhecimento e formas de reflexão política sobre a experiência de viver com HIV em contextos transfronteiriços. Em tais espacialidades, as dinâmicas de diálogo com as políticas de saúde se realizam articulando múltiplos eixos de negociação com/contra o Estado propiciadas pela possibilidade de circulação entre limites nacionais, e a construção de redes de comunicação e articulação a partir de relações complexas com outros agentes. A partir da experiência etnográfica que venho desenvolvendo na região de tríplex



fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, na comunicação busco apresentar algumas reflexões sobre o modo como sentidos de saúde, pessoa e cidadania se flexibilizam e constituem-se na circulação transfronteiriça a partir também da articulação de eixos de construção de diferença em termos de raça, cor de pele, língua, pertencimento étnico e/ou nacional, gênero e sexualidade que conferem sentido e valor à avaliação relacional da presença e da precariedade de si e do outro.

[Trabalho completo](#)



## Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

**Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA**  
**Diretoria da ABA 2017/2018**  
**Comissão Organizadora da 31ª RBA**

**Realização:**



**Apoio:**



**Organização:**

